

Sérgio Cabral*

Defesa nacional

A venezuelana Corina Machado provocou vergonha alheia, como bem pontuou a jornalista Dorrit Hazzan na sua coluna dominical, em *O Globo*.

Que atitude ridícula e vergonhosa de Corina. Entregar o prêmio Nobel da Paz ao presidente dos Estados Unidos. Até agora as ações de Donald Trump na Venezuela são de um dirigente imperialista e autoritário. Sequestrou o déspota Nicolás Maduro e sua mulher com uma sequência de bombardeios em terras venezuelanas. Convocou os empresários do setor petroífero para a exploração do ouro negro da Venezuela, o país com a maior reserva desse mineral no mundo.

Trump se preocupou com a vida da população venezuelana? Declarou seu compromisso com o retorno da democracia? Fez alguma referência a Edmundo Gonzalez, vitorioso nas urnas para presidente do país sul americano e derrotado na fraude chavista? Não! E o que agrava a feia atitude de Corina Machado: Trump a definiu como fraca e sem condições políticas para reassumir como líder da oposição na Venezuela. Assim mesmo Corina entregou o prêmio Nobel da Paz a Trump. Pior! Trump está em lua de mel com a atual chavista e braço direito de Maduro, Delcy Rodriguez, que junto com seu irmão Jorge Rodríguez Gomez, presidente da Assembleia Nacional, são os atuais comandantes do país. Ele não quer saber de democracia, quer saber de negócios para os capitalistas norte-americanos.

E assim Trump pretende se intrometer em todos os países da América Latina. Para o seu azar, os dois países com os maiores PIBs do continente têm chefes de estado que não se dobram às suas coações: Brasil e México, Lula e Cláudia Sheinbaum.

André Naves*

O custo da exclusão

No debate público brasileiro, estamos acostumados a ouvir que nossa contabilidade não fecha. Nela, direitos são tratados como “custos” e políticas de inclusão como “gastos”. Mas essa planilha está invertida. Caro, de verdade, é o preço que pagamos, como Nação, pela exclusão e pelo capacitismo.

O capacitismo - a discriminação estrutural contra pessoas com deficiência — não é apenas uma violação de direitos humanos; é uma masmorra que prende o nosso desenvolvimento. A pergunta correta, portanto, não é “quanto custa incluir?”, mas sim “quanto o Brasil perde, todos os dias, por insistir em excluir?”.

A resposta é chocante e está documentada. Organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que a exclusão de pessoas com deficiência do mercado de trabalho pode custar aos países até 7% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Para o Brasil, isso representa uma perda anual de centenas de bilhões de reais. Não estamos falando de uma abstração, mas de uma riqueza concreta que deixamos de produzir.

Dados do IBGE mostram que apenas 34,3% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar têm um emprego formal. Onde está o restante desse potencial humano? Subutilizado, desperdiçado por um mercado que ainda opera na lógica da inclusão performática, e não da transformação real.

A Lei de Cotas (8.213/91) foi um avanço inegável, mas a realidade para além da contratação revela as camadas mais profundas do capacitismo estrutural: ambientes de trabalho inacessíveis, falta de planos de carreira, preconceito velado e a infantilização de profissionais plenamente capazes. O resultado é um ciclo de baixa permanência e frustração, onde a pessoa com deficiência é vista como um número a ser cumprido, e não como o talento que é.

Este prejuízo se espalha por toda a sociedade. A educação, que deveria ser a porta de entrada para a cidadania, ainda segrega. A saúde, que deveria garantir qualidade de vida, muitas vezes impõe barreiras. Nossas cidades, com seu planejamento hostil, transformam o ato de ir e vir em uma maratona diária de obstáculos.

Cada uma dessas barreiras tem um custo: para a

saúde pública, que arca com as consequências da falta de prevenção e autonomia; para a previdência, sobre-carregada por uma dependência que poderia ser autonomia; e para a economia, que perde consumidores, inovadores e contribuintes.

Os Movimentos Sociais, que são os verdadeiros especialistas em suas próprias vidas, testemunham a face humana dessa perda. Não são estatísticas; são histórias de engenheiros, artistas, cientistas e empreendedores cujo potencial é sistematicamente barrado. A luta das Pessoas com Deficiência não é por caridade ou favor, mas pelo direito fundamental de participar e contribuir.

É por isso que precisamos mudar a lente. A efetivação de direitos para pessoas com deficiência não é um “gasto social”, mas um investimento estratégico com altíssimo retorno. Cada real investido em acessibilidade, tecnologia assistiva e educação inclusiva se multiplica em produtividade, inovação e fortalecimento do mercado interno.

Uma sociedade inclusiva é, por definição, uma sociedade mais próspera e resiliente. A verdadeira responsabilidade fiscal e social é desmantelar as estruturas do capacitismo. Significa criar políticas públicas com a participação ativa de quem vive a realidade da deficiência. Significa cobrar do setor privado uma inclusão que vá além da fachada. Significa, enfim, entender que o maior ativo de um país é seu povo, em toda a sua diversidade.

A dignidade e o potencial de cada pessoa com deficiência são a Luz que não se vê nas planilhas frias, mas que se enxerga no futuro de um país que finalmente escolhe ser mais justo e, por consequência, mais rico. Deixar de investir nisso não é uma economia. É o nosso maior e mais irresponsável prejuízo.

*Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Economia Política pela PUC/SP; Cientista Político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador Cultural, Escritor e Professor (Instagram: @andrenaves.def).

EDITORIAL

Relembrar o passado para proteger o futuro

Há cinco anos, o Brasil iniciou uma das mais importantes travessias de sua história recente. Em janeiro de 2021, a aplicação da primeira vacina contra a covid-19 simbolizou o começo do fim de um período marcado pelo medo, pela dor e por perdas irreparáveis. Depois de quase um ano convivendo com hospitais lotados, despedidas interrompidas e uma sensação coletiva de impotência, a vacinação trouxe algo que parecia distante: perspectiva de futuro.

Aquele momento não representou apenas um avanço médico, mas uma virada civilizatória. A pandemia havia exposto fragilidades profundas, testando os limites do sistema de saúde, das instituições públicas e da própria capacidade de convivência social. A vacina surgiu como resposta concreta da ciência a uma crise global, reafirmando que o conhecimento acumulado, quando aliado a políticas públicas, tem poder real de salvar vidas.

Os efeitos da imunização logo se tornaram evidentes. À medida que a campanha avançava, especialmente entre trabalhadores da saúde, idosos, pessoas com deficiência institucionalizadas e populações indígenas, os índices de internações e mortes começaram a cair. Em um cenário dominado por uma variante mais agressiva do vírus,

a vacinação foi decisiva para frear a escalada da tragédia. Cada braço imunizado significou menos um leito ocupado, menos uma família enlutada, menos um profissional de saúde levado ao limite da exaustão.

Também é impossível dissociar esse marco do papel estratégico das instituições científicas e de saúde pública brasileiras. A capacidade de importar, processar, produzir e distribuir milhões de doses em um país de dimensões continentais demonstrou que investir em ciência e tecnologia não é um luxo, mas uma necessidade. O esforço logístico, muitas vezes invisível, foi tão essencial quanto o trabalho realizado nos laboratórios e nas unidades de saúde.

Cinco anos depois, a importância desse episódio ultrapassa o campo da saúde. Ele se tornou um símbolo de resistência coletiva em meio ao caos, de confiança na ciência em tempos de ruído informacional e de valorização do bem comum em uma sociedade profundamente impactada pela desigualdade. A vacinação mostrou que decisões baseadas em evidências podem mudar o curso da história, mesmo quando tomadas em meio à pressão, à incerteza e ao luto.

Relembrar o início da campanha de vacinação contra a covid-19 é, portanto, um exercício de memória e responsabilidade.

Opinião do leitor

Definição

Ao dizer que “a arte existe porque a vida não basta”, Ferreira Gullar cunhou não só a mais poética definição da importância da arte como a mais objetiva forma de explicar que ela vai além dos limites da própria vida, que, sem ela, viver não valeia a pena. Lindo e perfeito.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafaela Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhappress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.